



# Anais da Assembléia

Nº 18

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE MARÇO DE 1978.

ANO IV

## 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA SESSÃO SOLENE DESTINADA À ENTREGA DO TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ, AO SENHOR ALDO LAVAL

Realizada em 28 de Março de 1978.

(Terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Fabiano Braga Côrtes.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Antônio Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes, presentes ainda, autoridades civis, militares e eclesiásticas e demais convidados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, verificada a existência de número legal, declaro aberta a Sessão Solene destinada à entrega, ao Senhor ALDO LAVAL, do título de "Cidadão Benemérito do Paraná".

Para receber e acompanhar até este recinto o Senhor Aldo Laval, ilustre homenageado, designo uma Comissão integrada pelos Senhores Deputados Jurandir Messias, Domício Scaramella e Deni Schwartz.

Suspendo a sessão, por alguns instantes, até a chegada de Sua Excelência.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está reaberta a sessão.

A Presidência tem a satisfação de anunciar a composição da Mesa.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Desembargador Miguel Thomaz Pessoa, digníssimo vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Jackson Nascimento, representante do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Vice-Governador.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Professor Faustino Fávoro, representante do Ex.<sup>mo</sup> Sr. magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Capitão Gonzaga, representante do Comando da 5.ª Região Militar e 5.ª Divisão do Exército.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Tenente João Hipólito Moreira, digníssimo representante do Comando da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda da Aeronáutica.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Deputado Rosário Pitelli, digníssimo 1.º Secretário.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, 2.º Secretário.

E Ex.<sup>mo</sup> Sr. Aldo Laval, Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional, executado

Solicito do Sr. 1.º Secretário a leitura dos termos do diploma que confere Cidadania Benemerita Paranaense ao Sr. ALDO LAVAL.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê o diploma).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Tenho a honra de passar às mãos do Sr. Aldo Laval o título de Cidadão Benemérito do Paraná, com o que, nesta oportunidade, é agra-ciado.

### (ENTREGA DO DIPLOMA)

Para falar em nome da Assembléia Legislativa, tenho a honra de conceder a palavra ao Sr. Deputado autor da Proposi-ção, Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Ex.<sup>mo</sup> Sr. Deputado Ivo Thomazoni, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Ex.<sup>mo</sup> Sr. Desembargador Miguel Thomaz Pessoa, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Jackson Nascimento, representante do Sr. Vice-Governador do Estado do Paraná; Ex.<sup>mo</sup> Sr. Professor Faustino Fávoro, representante do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Reitor da Universidade Federal do Paraná; Ex.<sup>mo</sup> Sr. Capitão Gonzaga, representante do Comando da 5.ª Região Militar e 5.ª Divisão do Exército; Ex.<sup>mo</sup> Sr. Tenente João Hipólito Moreira, representante do Comando da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda da Aeronáutica; Ex.<sup>mo</sup> Sr. Deputado Rosário Pitelli, 1.º Secretário desta Sessão; Ex.<sup>mo</sup> Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, 2.º Secretário desta Sessão; demais altas autoridades; convidados; Senhores; Senhoras; Srs. Deputados. (Lê):

"Aquele que pratica uma ação generosa, não pode fugir-lhe aos corolários de honra" (Rui Barbosa).

Reune-se esta Assembléia Legislativa para, em nome do povo paranaense, tributar merecida homenagem a um homem que muito deu de si para o desenvolvimento do espírito paranista, ao tempo em que contribuiu, pela sua operosidade, a um aperfeiçoamento de instrumentos capazes de proporcionar bem estar da sociedade que vive neste Estado.

Refiro-me a S. Ex.<sup>a</sup>, o ex-Deputado Estadual e Constituinte Aldo Laval, presente nesta sessão solene.

Filho de humilde carroceiro que, trabalhando com denodo e dedicação, dia após dia conquistava o sustento de sua família, herdou de seu pai, falecido quando o nosso homenageado contava com 2 anos de idade, o espírito de luta capaz de superar os obstáculos.

Com o marcante amor que lhe foi dedicado por sua mãe — embora ela se entregasse ao trabalho rural junto ao seu padras-to — e apoio de seus avós, com quem passou a viver desde o falecimento de seu pai, conseguiu sobreviver às maiores dificuldades de cruel pobreza.

No aprendizado doméstico, em Ponta Grossa, auxiliando sua avó na fabricação de artefatos de lã, no cultivo e venda de verduras ou entregando, exemplares do "Diário dos Campos", iniciou o aprimoramento de seu caráter, com que enfrenta uma longa vida. Para tanto, recebeu de seu irmão mais velho, que não viveu além dos 24 anos, os primeiros ensinamentos das letras e das funções de contabilidade, ministrados com muito empenho. Graças a isto e, também, a aproximadamente 10 meses de frequência às aulas particulares, ante a baluta enérgica da professora Esther Ferreira Ribas, a que se somou seu esforço pessoal, o pequeno Aldo capacitou-se à condição de Guarda-Livros sem mestre.

Após dedicar-se alguns anos à efetiva exploração de seus

obteve perante a Superintendência no Ensino Comercial do Ministério da Educação e Cultura, o título de Contador Provisoriamente.

Assim, a partir dos dezoito anos de idade passou a se dedicar a esta profissão, ao tempo em que, voluntariamente, prosseguia sua obra em prol dos necessitados.

Reconhecendo suas virtudes, forçados pelas adversidades, os pontagrossenses sufragaram em seu nome para uma das cadeiras da Assembléia Legislativa, nas eleições ocorridas a 19 de janeiro de 1.947, distinguindo-o com a segunda votação dos candidatos filiados ao então Partido Trabalhista Brasileiro.

No exercício do seu mandato nesta Casa do Povo, o nosso homenageado deixou indelevelmente gravada a marca de seu idealismo ao apresentar duzentos e setenta e cinco excelentes trabalhos, dentre os quais o que deu causa à Lei nº 360, de 5 de julho de 1.950, que criou a Caixa de Habitação Popular do Estado, pioneira em todo o território Nacional, o que resultou na Lei nº 603, de 27 de janeiro de 1.951, que instituiu a Fundação Casa do Trabalhador. Desnecessário dizer do grande alcance social destas organizações no atendimento à coletividade.

Depois de ter desempenhado brilhantemente suas atribuições parlamentares, mercê de seus méritos pessoais foi nomeado membro do Conselho Administrativo da Caixa de Habitação Popular do Estado do Paraná e Presidente do Conselho Deliberativo da Fundação Casa do Trabalhador, função a que foi reconduzido sucessivamente até agora.

É oportuno ressaltar que, graças a seu dinamismo e visão, conseguiu fosse assegurada à Caixa de Habitação Popular do Estado do percentual de 2% (dois por cento) em todas as transações imobiliárias "inter vivos" e "causa mortis", para a formação de um fundo destinado à construção de casas populares, sem quaisquer fins lucrativos, o que beneficiou inúmeras famílias carentes.

Por outro lado, encontramos o batalhador Aldo Laval, defendendo, além dos interesses dos trabalhadores em geral, os específicos da classe dos funcionários públicos. Sua participação foi notória na criação das três cooperativas habitacionais de Curitiba: Marumby, Iguaçu e dos Trabalhadores. Por intermédio destas associações foram construídas milhares de casas e apartamentos aos trabalhadores públicos e particulares.

No biênio 1965 - 67, nosso homenageado integrou comissão que conseguiu o restabelecimento administrativo da Cooperativa Mista dos Servidores do Estado, atuando junto aos advogados em ação judicial para preservação do patrimônio, representado pelo valioso imóvel doado em 1.943.

Outrossim, preocupado com a situação da funcionária, propugnou, como propugna pela aposentadoria desta aos trinta anos, de serviços com os adicionais de 25% (vinte e cinco por cento), como de Direito. Quando do X Congresso Nacional dos Servidores Públicos realizado em outubro de 1.976 na Capital do Estado, apresentou a respeito uma tese que foi aprovada e posteriormente reconhecida pelo Governo Federal que propôs as medidas cabíveis para a sua aplicabilidade. A propósito, justificado na mesma tese referida, tramita neste Poder Legislativo, um Projeto de Lei já com parecer favorável, visando a implantação de semelhante benefício no âmbito estadual.

Outras teses suas, igualmente válidas, foram acolhidas no mencionado conclave e em outros dos quais participou com peculiar entusiasmo, como recente simpósio realizado na capital baiana, em que defendeu o barateamento do custo das habitações populares.

Não bastassem fatos como estes, nosso homenageado, em sua vida de homem simples, é certo, mas imbuída de raros

lições de fé, tenacidade e perseverança, como chefe de família e cidadão, consciente da importância de seu papel no processo desenvolvimentista do Estado.

Talvez, por encontrar em seu caminho pessoas de tão nobres atitudes e sentimentos que o grande Rui deixou gravada sua respeitável manifestação, que ao início lembrei.

Foi nesta mesteira linha de raciocínio, inspirado no ensinamento milenar contido nas Escrituras Sagradas "a quem honra", honra, que representei o projeto de lei conferindo a homenagem ora a concretizar-se, proposta inicialmente pelo meu irmão, hoje Deputado Federal Igo Losso, quando ainda ocupava Cadeira nesta Casa de Leis.

Assim, com muita satisfação e agradecendo a deferência da Presidência em designar-me dentre tão ilustres Deputados para a apazível tarefa, foi este para saudar, em nome do povo do Paraná, o novo Cidadão Benemérito Aldo Laval, no dia em que completa setenta e três anos de profícua existência. Com esta homenagem, são os votos de que os vindouros anos encontre-o feliz junto a sua esposa, filhos, genros e netos, com a mesma disposição de servir, sob as bênçãos de Deus Todo Poderoso." (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Com muita honra, concedo a palavra ao Sr. Aldo Laval, Cidadão Benemérito do Paraná.

O SR. ALDO LAVAL - Ex<sup>mo</sup> Sr. Deputado Ivo Thomazoni, DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná; Ex<sup>mo</sup> Sr. Desembargador Miguel T. Pessoa, DD. Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná;

Ex<sup>mo</sup> Sr. Jackson Nascimento, DD. representante do Ex<sup>mo</sup> Sr. Vice-Governador do Estado;

Ex<sup>mo</sup> Sr. Professor Faustino Fávaro, representante do Ex<sup>mo</sup> Reitor da Universidade Federal do Paraná;

Ex<sup>mo</sup> Capitão Gonzaga, ilustre representante do Comando da 5.<sup>a</sup> Região Militar e 5.<sup>a</sup> Divisão do Exército;

Ex<sup>mo</sup> Sr. Tenente João Hipólito Moreira, representante do Comando da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda da Aeronáutica;

Ex<sup>mo</sup> Sr. Deputado Rosário Pitelli, DD. 1.<sup>o</sup> Secretário desta Casa;

Ex<sup>mo</sup> Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, DD. 2.<sup>o</sup> Secretário desta augusta Assembléia;

Ex<sup>mo</sup> Sr. Dr. João Vargas de Oliveira, respeitável e digno representante de nossa querida terra natal - Ponta Grossa e que muito nos deslumbra com sua honrosa presença nesta hora;

Ex<sup>mo</sup> Sr. Dr. Francisco Borsari Neto, DD. Secretário de Educação e Cultura do Paraná; aos distintos e ilustres representantes da Polícia Militar do Paraná que também se encontram presentes; respeitabilíssimos Srs. Deputados Paranaenses com assento nesta Casa, que tanto nos honram com suas presenças; Ex<sup>mas</sup> Senhoras, Senhores, Senhoritas; meus prezadíssimos amigos, enfim, todos os que aqui se encontram nos honrando com a sua presença.

Eu quero, então, neste momento, tomar o preciosíssimo tempo vosso, porque me é dada essa oportunidade que a mim parece ser a última, de poder ter a grata felicidade de, ainda uma vez, usar da palavra neste feliz auditório popular do Paraná. E é por isso que eu irei abusar um pouco da vossa bondosa atenção, para dizer algumas palavras neste momento de comoção e de reconhecimento. (Lê):

"Com o espírito voltado para Deus, o Supremo Arquiteto do Universo, como aos nossos inesquecíveis progenitores, que por sua delegação, nos conduziram, com muito amor e carinho, por esta difícil e espinhosa caminhada, em demanda do nosso próprio aperfeiçoamento, na senda evolutiva e imortal

cida, cumprimos o sagrado Dever de nos pronunciar perante tão seletos e magestoso auditório.

Sejam assim pois, as nossas primeiras palavras alusivas ao alicerce, sob o qual se assenta o edifício, que só será consolidado quando construído dentro das bases fundamentais da religião, da família, do trabalho, da sociedade, aliadas à incomparável força do Saber.

Bem por esta razão, haveremos de, antes e acima de tudo, testemunhar, o que fomos antes, durante e após a nossa vida pública.

Tanto assim, quando no decurso desta última etapa, teríamos que nos defrontar com os mais sérios tropeços, decepções, injustiças e incompreensões de toda natureza, valendo-nos para superá-las a transcrição para estes Anais do que a seguir passaremos a mencionar.

## PELA SOCIEDADE

Participamos ativamente, como fundador e dirigente de diversos órgãos assistenciais dos trabalhadores pontagrossenses, como também de núcleos religiosos. Nessa contínua e prolongada vivência social, desde a juventude, fizemos parte também como membro da Liga de Defesa Nacional, conforme o Título que nos fora agraciado, em data de 21 de outubro de 1.942, que dada sua relevância, seja-nos permitido aqui transcrever a íntegra desse histórico documento — ei-lo:

"Ao II<sup>mo</sup> Sr. Aldo Laval — DD. Presidente do Centro Operário Cívico e Beneficente —

Temos a honra de levar ao conhecimento de V. Sa, que em reunião ontem realizada pela Comissão Executiva da Liga de Defesa Nacional de Ponta-Grossa, foram aclamados os nomes dos Ex.<sup>mos</sup> Srs. Drs. Edison Nobre de Lacerda, Joaquim Menelau de Almeida Torres, Gal Marius Teixeira Neto e D. Antônio Mazarotto, para figurarem como Presidentes Honorários da Instituição homenagem respeitosa ao Poder Judiciário, ao Exército e ao Clero e Católicos, nas pessoas dos dois eminentes magistrados da comarca do digníssimo Cel Comandante do 13º R.I. e do Bispo Diocesano.

Ainda na mesma reunião, foi organizado o quadro dos MEMBROS DA LIGA DE DEFESA NACIONAL, composto de elementos de real destaque e representativos de todas as classes da sociedade pontagrossense, nele figurando o nome ilustre de V. Sa. O referido quadro ficou assim constituído:—

Dr. Pedro Firman Neto, DD. Delegado Regional de Polícia; Dr. Milton Lopes, Presidente da Soc. de Medicina; Dr. Silos Barbosa, decano dos advogados; Dr. José Pinto Rosas, Diretor do Ginásio; Sr. Alcides Bittencourt, do Centro do Comércio e Indústria; Sr. Manoel Machuca - Diretor de Rádio; Sr. José Hoffmann - Diretor da Imprensa; Dr. Olavo Carvalho, Odontologista; Dr. José de Azevedo Macedo, Diretor da Cruz Vermelha; Dr. Herberto Magalhães da Silveira, funcionários federais; Sr. Berthier de Oliveira, funcionários Estaduais; Sr. Otaviano Macedo Ribas, decano dos farmacêuticos; Sr. Aldo Laval, Presidente do Centro Operário; Sr. Roberto Mongruel, Diretor do Sindicato de Guarda-Livros; Sr. Bonifácio Ribas, lavoura e pecuária.

A Liga de Defesa Nacional de Ponta Grossa, está assim constituída, por elementos ilustres, de elevada projeção na vida da cidade, e a Comissão Executiva, de todos espera apoio e colaboração, a fim de poder cumprir com todo seu vasto e importante programa. Aproveitamos o ensejo para apresentar a V. SAs nossos protestos de estima e distinta consideração; aa) Adalberto Carvalho de Araújo — Presidente da Comissão Executiva e Deodoro A. Quintiliano — 1º Secretário".

No referido Centro foi onde, durante dezessete longos

anos, tanto colhemos como distribuimos benefícios, na cultura social, assistencial e cívica, dentro dos salutaros princípios de amor e fraternidade.

Foi ali onde iniciamos tais atividades, quando ainda muito jovem, desde 1930, como cobrador da sociedade, composta de humildes trabalhadores, passando nas sucessivas eleições a ocupar o cargo quase permanente de orador oficial, por fim, eleito seu Presidente, em cujas funções fomos encontrado pelas eleições de 19 de janeiro de 1.947, quando já por força do mandato de deputado estadual, tivemos que deixá-lo.

—I— O mencionado trabalho, contendo quatorze laudas, foi enviado a cada um dos Senhores Deputados Estaduais, Federais e Senadores do Paraná e bem assim, ao Senador do Rio de Janeiro, Roberto Saturnino Braga e ao Rev.<sup>mo</sup> Cardeal Metropolitano de Porto Alegre — D. Vicente Scherer.

Estes dois últimos acusaram e agradeceram a nossa lembrança, eis que seus respeitáveis nomes foram por nós citados no trabalho em apreço, pelos valiosos subsídios que encontramos em seus pronunciamentos e reportagens.

É assim que, embora abusando de vossa benévola atenção, passaremos em seguida, a fazer um relato, qual prestação de contas perante o povo, frente seus lúdimos representantes, do que, apesar de tudo, pudemos deixar patentado nos duzentos e setenta e um trabalhos e pronunciamentos, os projetos de lei por nós apresentados nesta douta Assembléia, segundo esclarecem seus anais durante o período de nossas atividades, de março de 1.947 a janeiro de 1.951.

Sem descurmarmos dos principais problemas reivindicados por nossa querida terra natal — Ponta Grossa, cumpre destacar os de ordem estadual e federal, assim compreendidos:—

—I— Habitação Popular, hoje, representada por um Banco Nacional de Habitação (BNH).

Por legítima inspiração Divina, exatamente neste preciso momento, se realiza na Capital Baiana de S. Salvador, um grande Simpósio de caráter internacional, para apreciação de trabalhos e idéias, que melhor sejam aconselhadas ao barateamento do custo das habitações destinadas aos brasileiros ou trabalhadores em geral, de baixa renda.

Dentro do prazo estabelecido para o conclave, remetemos a nossa colaboração em registro postal A.R. sob nº 780.924, em data de 29 de dezembro do ano p. findo, expondo a opinião já comprovada através da Caixa de Habitação Popular do Estado, que tal modalidade somente poderá obter êxito, quando sem quaisquer objetivos de lucros.

—II— Transporte Coletivo, agora evoluído numa Empresa Brasileira de Transportes Urbanos;

—III— Pela construção da Estrada de Ferro Central do Paraná, preconizada pelo projeto de lei nº 91/48, aprovado em data de 10 de maio de 1.948 e cujo marco inicial na cidade de Ponta-Grossa, se verificou em data de 27 de dezembro de 1.948; hoje, uma esplêndida realidade. (Diários da Assembléia Legislativa, datados de 4 e 17 de março de 1.949 e 7 de junho de 1.950);

—IV— Pela implantação do Tribunal Regional do Trabalho no Paraná, por vezes solicitado em nossos pronunciamentos— ora concretizado; (Diários da Assembléia Legislativa, datados de 13 de fevereiro de 1.948 e 22 de agosto de 1.949);

—V— Pela instituição de órgãos assistenciais em favor dos trabalhadores públicos e particulares do Estado.

## HABITAÇÃO

Conforme constam dos Diários desta Assembléia Legislativa, numa campanha sem tréguas e nem precedentes poderemos citar as datas em que se verificaram nossos pronunciamentos e projetos atinentes a construção de habitações higiênicas e cômodas, sem objetivos de lucros, aos trabalhadores públicos e particulares do Estado, assim classificados:—

Diários de 19 de 3: 10 de 4: 21 de 7: 18 de 12: (1947)

2 e 13 de 2; 25 de 6; 30 de 7; 24 de 8; 11 e 30 de 9; 7, 8 10 e 20 de 10; 1, 15, 16 e 30 de 12 de 1.948; 4 de 1; 7, 14 e 23 de 2; 3, 4, 6 e 15 de 3; 8 e 19 de 4 de 1.949 e, finalmente, de 4 de março de 1.950, quando então a nossa vez acabava de ser ouvida pelo Governador, culminando com a mensagem a esta Casa de Leis, propondo a instituição da Caixa de Habitação Popular do Estado do Paraná, aprovada pela Lei nº 360, de 5 de julho de 1.950.

Fomos por isso, distinguidos pelos nobres Deputados de nosso tempo — Drs. Lauro Gentio Portugal Tavares, Lopes Munhoz, José Darù, Aldo Silva e Júlio Rocha Xavier, que em memoráveis apartes que os conservamos como um relicário, teceram em torno de nossa atuação nesse setor, as mais confortadoras homenagens, ante a vitória pioneira na espécie em todo o território nacional.

Pela citada autarquia, foram construídos vários conjuntos residenciais nesta Capital e em diversos municípios do interior, todos no preço de custo real, sem quaisquer objetivos de lucros, mediante tão somente, aos juros de seis por cento ao ano, sem correção monetária, multas ou despejos, como órgão essencialmente assistencial aos trabalhadores públicos ou particulares, na solução do grave problema da casa própria.

### PROBLEMAS DE PONTA-GROSSA

Como representante da Princesa dos Campos, todos os problemas de que tanto se rescentia naquele tempo, inclusive para os seus distritos, foram por nós atacados e reivindicados em tudo quanto competia ao Estado lhe proporcionar, conforme constam dos Diários desta respeitável Casa, datados de 15 de 9 de 1.947; de 28 de 7; 15 e 30 de 9; 15 de 10; 1, 16, 27 e 31 de 12, todos de 1.948; 4 de 3; 15 de 9 e 7 de 11, todos de 1.949; 3 de 4 e 28 de 11 de 1.950.

Afora o que pôde ser efetivado durante o pouco tempo de nosso mandato, obviamente, como ficou acima demonstrado, muitas outras obras iniciadas naquele período, foram incontestavelmente concluídas após o término de nossas atividades legislativas, tais como: construção de casas populares, grupo escolar da Vila Vilela, denominado: "Menelau de Almeida Torres", Faculdade de Filosofia, etc. etc.

### REIVINDICAÇÕES TRABALHISTAS

Não obstante ser de alçada federal a fixação de salários e outros benefícios em favor da numerosa e sacrificada classe humilde e trabalhadora de todo o País, a nossa voz esteve sempre presente na tribuna do Poder Legislativo Estadual, focalizando as suas mais justas e prementes reivindicações.

Por meio de sugestões, alertamos com impertinência os problemas vitais de que tanto clamavam e clamam veemente, as multidões de operários, concernentes a um sistema de transporte coletivo condizente com a pessoa humana; habitação higiênica e confortável a preços de custo real; salário móvel, isto é, que acompanham rigorosamente as mobilizações do custo de vida, que cresce ininterruptamente, enquanto os reajustamentos salariais, se processam anualmente, tomando por base o cognominado de Salário Mínimo etc., tudo conforme consta da Sinopse de nossas incessantes atividades nesta Casa.

### PROJETOS PELA CRIAÇÃO DA CAIXA PROTETORA DO POBRE

Tendo por base o combate à indigência, a mendicância, os desajustados da sociedade de ambos os sexos, visando sobretudo, manter o mais rigoroso contato com todas as misérias morais e materiais ou econômicas da pessoa humana, procurando por todos os meios combater as favelas das cidades e dos campos, o desemprego, a velhice e os menores abandonados, a corrupção, a prostituição, na tentativa de suas recuperações, foi assim pensando, que por duas vezes, oferecemos soluções por meio de uma instituição pública específica denominada

de CAIXA PROTETORA DO POBRE. Esse nosso elevado propósito, legal e realizável, foi sustentado, conforme Diários da Assembléia datados de 6 de dezembro de 1.948 e 17 de novembro de 1.950. Como fonte de sua arrecadação, apontávamos os jogos (então livres), competições desportivas, recreativas, teatros, cinemas, lupanares, dancings, cassinos etc. de cujos rendimentos, seria reservada uma pequena percentagem em favor da referida CAIXA.

Seria o supérfluo, amenizando a miséria dos humildes, ou seja: — o rico em socorro do pobre, sem quaisquer constrangimentos.

Decorridos já trinta anos dessa nossa idéia, o que vemos é bem o contrário: — o pobre contribuindo em favor do rico, por meio das comercializações ou explorações dos atuais sistemas de habitação; de transporte coletivo, de lotecas esportivas etc. etc.

Alguns de nossos Pares da época, diziam-nos: — Mas você Aldo, quer acabar com a pobreza, eis que isso é impossível, seria uma luta inglória, contra a própria natureza dos acontecimentos...

Confundiam eles, como até agora confundem muitos, a situação de pobreza com injustiças sociais. Já disse alguém, ser a pobreza mão do crime. E, se por ventura, existisse uma obra como aquela de nossas justas aspirações, talvez a calamitosa onde de criminalidade, de assaltos etc., não estivesse afrontando e desafiando a capacidade de nossas autoridades, intranquilizando cada vez mais as populações dos grandes centros urbanos.

Na seqüência de nossos trabalhos divulgados pela benemérita "Gazeta do Povo", dentre os setenta e cinco artigos, podemos igualmente dar saliência ao que consta das edições de 25 de 6 de 75, de agradecimento ao Dr. Gastão de Abreu Pires, Secretário dos Recursos Humanos, adotando o Conselho Consultivo do Pessoal, nascido na emenda nº 43, de nossa autoria, quando do Projeto nº 189/48, sobre a reforma dos Estatutos do Funcionalismo; de 14 de 10 de 75 e de 19 de 2 e 28 de 4 de 1.976, reproduzindo na íntegra, o teor da sugestão feita ao Governo Federal, constante do Diário da Assembléia de 28 de 10 de 1.948, para a implantação, do Conselho Federal do Funcionalismo Público, ou melhor, de SUA INDISPENSÁVEL UNIDADE JURÍDICA EM TODO O PAÍS.

Deixamos aqui bem claro, que desde o ano de 1.973, fomos acolhidos benevolmente por aquele jornal sempre pronto a divulgar nossas idéias e protestos, o foram de nossa inteira responsabilidade, devidamente assinados por nós, na condição de Presidente da Fundação "Casa do Trabalhador", a cuja frente nos encontramos desde 1.960.

### COMO E PORQUE NASCEU A FUNDAÇÃO "CASA DO TRABALHADOR"

Assim como a Casa do Estudante e a Casa do Expedicionário, também a Casa do Trabalhador, foram incluídas no texto da Constituição Estadual de 12 de julho de 1.947, em suas disposições transitórias — artigo 18, como tais, partes integrantes do organismo Estadual.

Tendo sido o autor da lei instituidora da Fundação, que tomou o número 603, de 27 de janeiro de 1.951, não nos seria lícito recusar sua Presidência que nos foi oferecida e dado posse, por força do decreto nº 30.203, de 20 de junho de 1.960, que nos nomeou. O decreto governamental nº 14.128, de 29 de janeiro de 1.951, aprovou os Estatutos da entidade.

Quando investido em tal função, não nos interessou a forma, porém a essência do ato, porquanto, nascia a entidade de nosso ideal em servir a coletividade trabalhadora, de caráter particular, ou público, eis que todos comungam em benefício do povo e da Pátria, por isso fazem jus a igual tratamento, o que infelizmente, não vem acontecendo.

assumidas pelo Governo, em seu artigo 2º, estabelece a de conceder recursos anuais em favor da entidade, a fim de que pudesse cumprir suas finalidades assistenciais, nesse ponto sempre nos apoiámos e nos valem para acionarmos o próprio instituidor, no cumprimento de suas responsabilidades o que sempre se omitiu.

### TRANSPORTE COLETIVO

Com relação ao sistema de transporte coletivo às classes trabalhadoras, não tem sido menor o esforço dispendido pela Fundação "Casa do Trabalhador", visando tornar o Paraná, o modelo nacional, sustentando sempre a inadiável necessidade da organização estatal, com o concurso de todos quantos, possuindo condução própria, contribuam em favor dos que não a possuem.

Baseado sempre nesse princípio fundamental da natureza de todas as coisas, de que o semelhante atrai o semelhante, por sem dúvida, que os nossos brados, desde os idos de 19 de março de 1.947, fossem ouvidos e, temos certeza, multidões de seres humanos teriam sido poupados.

Parece mesmo estranhável essa triste conclusão, que somente quem estuda e pesquisa rigorosamente a matéria, já por mais de trinta (30) anos consecutivos, será capaz de afirmar essa verdade incontestável, sem o menor temor em enganar-se.

Realmente, se as nossas obras, uma impressa já naquele tempo e outras mimeografadas, fossem, pelo menos, examinadas pelos responsáveis pelo serviço de trânsito e outras autoridades, tanto como já fez a douta Consultoria Geral do Estado, opinando sempre favoravelmente e os acidentes registrados nas ruas e nas estradas, não estariam apresentando, os mais alarmantes índices, que crescem assustadoramente.

Chegou-se a considerar, o péssimo, caótico, grave e terrível sistema de transporte coletivo, tal como muito bem já afirmou o ilustre Sr. Ministro dos Transportes, como um dos principais culpados, por essa verdadeira calamidade pública de âmbito nacional, forçando a quantos possam dele desertar, em busca de outros meios de condução, uns, improvisando em cima de duas rodas, qual artista de circo, outros, recorrendo, embora com os maiores sacrifícios, a compra de um automóvel, o que comumente vem acontecendo, tendo por consequências, colisões, atropelamentos etc.

É constrangedor para nós, termos que citar o artigo 262 de nosso Código Penal, quando assim estabelece:

"Dos crimes contra a segurança nos meios de comunicação e transporte, e outros serviços públicos.

Espôr a perigo outro meio de transporte público, impedir-lhe ou dificultar-lhe o funcionamento".

Se formos examinar o que dizem nossos professores em direito penal, em seus brilhantes comentários com referência ao dispositivo supra, de pronto nos convenceríamos do brutal desrespeito que lhe vem sendo votado, comprometendo a própria Constituição, que assegura a todos, o direito a vida, a segurança, a liberdade e a propriedade.

Então indagaremos nós:— que conceito fazemos da expressão "perigo"? Se conhecemos a causa nele residir, porque então se combatem apenas os seus funestos efeitos?

Ainda nos referindo aos veículos de que se serve grande multidão de trabalhadores, indo buscar a sua história, no Dicionário Enciclopédico denominado "CONHECER", em seu volume I — página 126, encontramos este importante alerta:

É veículo que serve para práticas esportivas, para divertimento e para transporte rural e urbano. Neste último caso, no entanto, depende em grande medida da topografia das cidades. Além disso, o ciclismo exige grande disciplina do tráfego:— quando este é desorganizado, o perigo de acidentes é muito grande".

E, voltamos a interrogar:— a quem cabe fazer respeitar a lei e zelar pelo bem público, se não às autoridades administrativas?

No entanto, já por vezes, foram abertos créditos através da Caixa Econômica Federal, destinados ao financiamento aos trabalhadores, para compra de bicicletas ou lambretas...

Muito bem afirmou já o insigne jurista baiano — João Mangabeira, quando afirmou:—

"Para que a liberdade realmente exista, é preciso que a sociedade se estruture sobre a COOPERAÇÃO E NÃO SOBRE A EXPLORAÇÃO.

E assim os homens serão livres.

Na religião da desigualdade, o dinheiro é que é a medida de todas as coisas.

Nem poderia deixar de ser, num sistema econômico em que o produto se organiza unicamente para o mercado e com o fito exclusivo do lucro privativo". E no mercado, pouco importa vender "berços ou ataúdes" (caixões de defuntos), — o essencial é que dê lucros. Por isto mesmo, o produtor dos primeiros, deseja recém-nascidos em abundância, e os segundos — defuntos em quantidade.

Mas, o lucro se obtém pela exploração da força do trabalho, transformado em mercadoria, que se paga com o salário, tanto menor, quanto maior é a massa dos desempregados".

(conferência proferida na Faculdade de Direito da Baía, em 8 de dezembro de 1.944 — Rev. Forense — Vol. 104 — fascículo 508 — pág. 157) — (sob o tema:— LIBERDADE E IGUALDADE).

Baseado sempre em expressões como as que acabamos de traduzir e tantas outras, que iniciamos, como Presidente da Fundação "Casa do Trabalhador", a grande batalha, infelizmente não compreendida até hoje, como se poderá constatar pelos Diários desta respeitável Assembléia, datados de 19 de 3 de 1947; 27 e 30 de 5 de 1.949 e no de 27 de junho também de 1949, quando apresentamos projeto de lei, propondo fosse o transporte coletivo urbano e interurbano, isto é, tanto da Capital como das principais cidades do interior do Estado, numa grande instituição, sob a responsabilidade e controle governamental.

Seja-nos permitido lembrar aqui, um pequeno trecho daquela obra, distribuída amplamente até para outros Estados da federação, o seguinte:—

"Vemos ainda ser lógico e notório, o único meio de barateamento nos preços de tarifas, imprescindíveis aos operários sempre mal assalariados, ser o uso de veículo movido a eletricidade, o mais aconselhável, eis que para sua movimentação, é bastante rico e nosso Estado em potencial hidráulico.

Eis aí, mais uma razão da premência em se organizar o plano proposto no presente projeto de lei, capaz de manter, não somente nesta Capital, como nas principais cidades do interior, essa modalidade de transporte coletivo, impedindo dessarte, o sufocar os já minguados recursos dos que vivem de salários sempre desajustados. E, concluindo afirmamos naquele tempo:— enquanto que o uso de ônibus, sendo bem francos, por seus preços atuais e futuros, não poderão servir, aos que mais que outros quaisquer, necessitam do transporte coletivo, eis que, residindo em bairros distantes, não terão outro recurso senão demandando o trajeto a pé."

Quisemos significar e acautelar pois, desde 27 de junho de 1949 portanto a quase três décadas, de que o consumo de combustível, viria como sóe acontecer nos dias que correm, a se constituir num dos mais graves problemas nacionais, isto, sem sermos profetas.

Mas, não haveríamos de acreditar, que aquele que já se



esgota no duro trabalho diário, tivesse que um dia, de ser forçado às acrobacias do artista circense, manobrando sobre duas rodas, não raro esmagado cruelmente pelos possantes veículos, como o mais flagrante desacato aos preceitos legais e divinos, destruindo, enlutando e empobrecendo ainda mais, os humildes lares em que residem. Perdoem-nos, senhores, mas é mister que se diga, por ser a expressão da verdade.

E, apesar de todo esse nosso protesto, foram os bondes elétricos retirados do povo, hoje lamentado, quando da realização do recente encontro nacional, realizado em nossa Capital, para debate e apresentação de idéias ou medidas, capazes de minorar a grave situação em que se encontra, esse malogrado serviço de transporte coletivo, em cuja ocasião fizemos distribuição de vários exemplares de nossos trabalhos.

Diante dessa injustiça social, é que sempre afirmamos:—

“Se a bárbara e cruel pena de morte tivesse de ser implantada no Brasil, ficaria envergonhada, ao saber, que muito antes de sua decretação, milhares de inocentes criaturas foram já eliminadas, sem qualquer processo ou julgamento que recomendassem tão estranha espécie de carnificina”.

Neste melancólico capítulo, não poderemos deixar de nos referir às palavras do grande ex-Prefeito municipal de Nova York, Dr. John Lindsay, quando na célebre entrevista concedida ao jornalista Paulo Francis:—

“É necessário a todo governo, garantir a subsistência a todos os cidadãos. A alternativa para isto, é o caos. O que todos os governos precisam entender, é que as grandes cidades não são abstrações e sim comunidades imensas, habitadas por seres humanos que precisam ser servidos, SEM LUCROS — frise — SEM LUCROS, como um serviço público, pois é a grande cidade que irradia produções, riquezas e cultura, por países do tamanho dos nossos — dos Estados Unidos e do Brasil”.

O Dr. John Lindsay, foi o único que nos compreendeu até hoje. Que suas palavras sejam abençoadas por Deus e conhecidas pelos homens.

Com tais expressões, concluiu sua grande entrevista aquele eminente homem público da América do Norte, divulgada pela Revista denominada “STATUS”, do mês de agosto de 1976, deixando claro que o problema relacionado com o transporte coletivo, se aperfeiçoado segundo seu nome e seus fins, confortável e sem quaisquer objetivos de lucros, haveria por certo de ser preferido até pelas classes mais favorecidas, que, em suas andanças pelos centros urbanos, deixariam os seus automóveis nas garagens, utilizando-os, mui esporadicamente em viagens ou recreios mais distantes.

Foi assim pensando, que continuamos afirmando, que o que pode, deve ir ao encontro do que menos pode, isto é, os que possuindo condução própria, venham a cooperar em favor do que não a pois, na mais legítima cooperação, como bem acentuou o respeitável Mestre João Mangabeira.

Não se queira pretextar no entanto, que o transporte coletivo não poderá ser de âmbito estadual, por ferir a autonomia dos municípios quando foi já a douta Consultoria Geral do Estado, que em seus brilhantes pareceres deixou patente, a possibilidade de convênios entre Estado e municípios, segundo faculta a Constituição quando inaceitável nossa opinião, que, estando em jogo a pessoa humana, não há nem poderá haver nada, nem autonomia, nem coisa alguma, que venha impedir a sua liberdade e a sua segurança.

E aqui, queremos parabenizar Sua Excelência, o digníssimo Governador do Estado — Senhor Jayme Canet Jr., quando, em sua original atitude de homem dotado do mais elevado grau de consciência social e educacional, vem de, embora em parte, dar guarida ao nosso ideal já de tantos anos, determinando fossem adquiridos cerca de cem ônibus para servirem de condução aos alunos do interior, em demanda das escolas

que frequentam, localizadas em grandes distâncias.

Seja pois seu nobre gesto, seguido por tantos outros governadores, até o ponto de se conscientizarem, da necessidade imperiosa, de que tão auspiciosa providência, deve ser o mais urgentemente possível, tomadas em todos os centros urbanos e rurais do País, cujo objetivo seja a intervenção do Estado na solução do transporte, aos que trabalham e estudam, em benefício da grandeza da Pátria e de seu valoroso povo.

Dentre os inúmeros artigos de nossa autoria o que, atentiosamente vêm sendo divulgados pelo jornal amigo — “Gazeta do Povo”, podemos destacar o da edição do dia 2 de fevereiro de 1976, sob a denominação de:— “NEM ISSO FAZEM” (quisemos alertar, que pelo menos talões prévios para os usuários, quando adquirindo-os nas bancas de jornais, poderiam evitar muitos desses aborrecimentos surgidos com os cobradores de ônibus, além do tempo de espera, que poderiam ser perfeitamente evitados.

Como único resultado do referido artigo, lemos com tristeza nas “entrelinhas” na própria “Gazeta do Povo”, o seguinte:—

“Há algum tempo a imprensa de Curitiba, andou sugerindo que as passagens dos coletivos, fossem vendidas em blocos, o que sem dúvida eliminaria as filas economizando tempo para as empresas e os usuários, além de resolver definitivamente, o problema do troco. Agora, a Prefeitura Municipal resolveu consultar o Banco Central para uma possível adoção da medida, mas foi informada de que a mesma seria ilegal:— os tiques poderiam ser confundidos com papel moeda, apesar de não terem valor como tal.

Mas, este tipo de passagem vendido em blocos (para um mês ou mais), em forma de vale, segundo o diretor Presidente da Volvo, Tage Karlson, é usada em Stocolmo há muito tempo. Lá, a pessoa compra um cartão, (que custa aproximadamente duzentos e dez cruzeiros), e viaja em qualquer coletivo, a qualquer hora do dia ou da noite dentro da cidade”.

(Gazeta do Povo — Entrelinhas — edição de 19 de 11 de 1977).

A conclusão a que chegamos diante do exposto, é que consideram nosso povo menos civilizado ou culto do que o de Stocolmo, eis que lá isso não estabelece nenhuma confusão, o que só pode ser admitido por quem é contrário ao bem-estar da sociedade, na sua maioria, que trabalha e estuda, enquanto até os mais sérios conflitos tem ocorrido por essa falha.

Na sequência daquelas publicações, também relacionadas com os acidentes de trânsito, consta o da edição do dia 5 de agosto de 1975, sob o título “OS DEZ JOVENS”, relatando o triste acontecimento entre dois carros que se chocaram violentamente, na estrada de Garuva, matando todos seus ocupantes, por sinal, jovens de 17 a 25 anos de idade. Servindo-nos de tão trágico acidente, procuramos demonstrar, o quanto teriam as vítimas, contribuído para o aniquilamento, não só de suas preciosas vidas, como principalmente, levando aos seus queridos entes, a mais profunda mágoa, jamais esquecida, que apesar de nada mais se podendo fazer, pelo menos servisse, de alerta a quantos vivem por aí, expostos aos mesmos perigos e desgraças. O referido artigo foi gravado ao som de suave melodia, em compassado recitativo do Prof. Ubiratan de Mattos, acompanhado por seu avô, o poeta e músico, nosso querido amigo — ALTAIR ROSA.

É duro, mas é preciso que se diga, por parte das autoridades, deveria haver maiores e mais sérias exigências, ao liberarem carteira aos amadores, com raras exceções, concedendo-as, desde que reconhecidamente indispensáveis ao exercício de atividades, devidamente comprovadas, o que muito benefício resultaria na diminuição dos acidentes dessa natureza.

De pouco valerão as providências contra os efeitos, deixando as causas a proliferarem, como a que apontamos e tantas outras, possíveis de serem corrigidas, arrecadando menos, porém, poupando vidas, principalmente de jovens no uso e abuso de volantes confiados em suas mãos.

Nenhum sacrifício para tanto, ao nosso ver, deveria ser poupado, quando diante do perigo eminente, não há como medir o limite de normas a serem impostas a todos quantos, colocam, não só em risco sua própria vida, como de resto, as de seu semelhante, muitas vezes entregues ao exercício das tarefas diárias as mais nobilitantes e sagradas. O dia em que, os responsáveis pelo setor de trânsito, reconhecerem que deles dependem o estudo, impondo condições rigorosas à obtenção de carteiras por parte de muitos, que movidos exclusivamente pelo prazer, levam as dores e o luto aos lares alheios, não raro sequer identificados ou punidos.

Outro aspecto por nós olhado e defendido com o maior carinho, desde a fase constitucional de 1.947, foi acerca da criação pelo Estado, de Cooperativas de Consumo aos seus servidores, deixando expresso na Carta Magna de 12 de julho de 1.947, em seu artigo 156, o seguinte texto:—

“O governo promoverá o bem-estar e o aperfeiçoamento físico, intelectual e moral dos funcionários e de suas famílias, e para esse fim organizará:—

Item I — um plano de assistência que compreenderá a previdência, assistência médico-dentária e hospitalar, colônias de férias, COOPERATIVAS DE CONSUMO, com secções de crédito.”

Neste momento, nossa gratidão a dois grandes defensores da causa, o Dr. Edgar Távora, como Deputado nesta Casa e o Dr. Manoel Linhares de Lacerda, como advogado da Cooperativa Mista dos Servidores do Estado, ambos já de saudosa memória.

Como Constituinte e autor do supra citado dispositivo, jamais poderíamos nos olvidar quanto à construção da Colônia de Férias aos Servidores Públicos do Estado, quando para tanto, no período de 1.965 a 1.967, já então como membro do Conselho Deliberativo e fiscal da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, conseguimos, junto ao nobre e grande amigo da classe — o Deputado Igo Ivant Losso, no tempo com assento nesta douta Assembléia, a aprovação do projeto de lei de sua autoria, sob nº 528/66.

A referida medida visava a abertura de um crédito de dois milhões de cruzeiros, através do Instituto de Assistência e Previdência do Estado (IPE), portanto com o dinheiro do próprio servidor, levar a efeito tão sonhado empreendimento, que após unanimemente aprovado fora vetado pelo então governador, o que até hoje não entendemos o porquê, talvez por constituir legítimo imperativo constitucional.

Hoje, felizmente, já se encontra em pleno funcionamento a citada Colônia de Férias, graças ao dinamismo da atual Diretoria daquela entidade, edificada com os recursos providos apenas de mensalidades de seus associados, o que nos resta o consolo de termos sido o precursor da idéia, isto desde os idos de 1.947.

No decurso desse mesmo período, ou seja, de 1965/67, conseguimos em trabalho de equipe, instituir as três primeiras Cooperativas Habitacionais de Curitiba, denominadas Marumby, Iguazu e dos Trabalhadores, proporcionando casas e apartamentos residenciais, a mais de dois mil trabalhadores públicos e particulares.

Portanto, para solução desses três magnos problemas: Cooperativa Mista dos Servidores do Estado Ltda., das Cooperativas Habitacionais e da Colônia de Férias no balneário de Caiobá, foi instituída uma comissão composta de nossa pessoa, do esforçado Manassés Inocêncio de Miranda, Tenente Vergés Bordim, Carlos Luduvick Luck e Dra. Libera Laval, cujos esforços contribuíram em muito, para elevar ainda mais o

nome da benemérita Associação dos Servidores Públicos do Paraná.

## A CASA DO TRABALHADOR E SUAS REIVINDICAÇÕES

De início, cientes nos postulados constitucionais, ingressamos nesta augusta Assembléia, com um projeto de lei, de autoria do saudoso e bom amigo — o Deputado Léo Martins que tomou o número 702/60, com que por certo o Estado, responderia pela promessa feita em dar à Fundação a necessária ajuda para a aquisição de sua sede própria. (artigo 18 das Disp. transit. da Const. Est. de 12/7/47).

Aprovado o aludido projeto de lei, foi ele vetado, sob pretexto de contrariar os interesses do Estado, conforme é praxe.

Restava assim à Casa do Trabalhador, requerer as verbas a que se obrigou o Estado ao instituí-la, as quais lhe foram sempre consignadas nos orçamentos anuais, por força do texto legal já referido, graças a atitude compreensiva desta douta Assembléia Legislativa, ao que o Governo sempre se recusou em liberá-las.

Forçado pelas circunstâncias, a Fundação teve de bater às portas da Justiça, onde recebeu guarida e ganho de causa, ante os mais brilhantes acórdãos do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná.

O Estado no entanto, inconformado com tais decisões, apelava ao Supremo, sob pretexto do que “simples previsão orçamentária” não cria direito, confundindo a sua filha legítima, com outras adotivas, tais como sociedades desportivas, beneficentes, recreativas, etc. de pura iniciativa particular, que não obstante recebam os benefícios ao alvitre do Governo, independente de qualquer imperativo legal.

Diante dessa evasiva — data vênua, os valores a receber do Estado, foram considerados nulos pelo Supremo Tribunal Federal, que acatando-a, reformou todas as sentenças já proferidas no Paraná, em detrimento dos credores da Fundação, tais como, empregados, INPS, fundo de garantia, e até os alugueis não pagos ao IPE, que em consequência a despejou do local em que se encontrava alojada com suas instalações em franco funcionamento.

Felizmente, a Fundação assim considerada como ninguém, mantém tudo devidamente contabilizado, com suas prestações de contas pelas verbas federais, que embora pequenas, lhe vem concedendo alguns deputados e senadores de nosso Estado, rigorosamente em dia, prosseguindo, como é óbvio, mui precariamente, em suas funções assistenciais, à rua 15 de novembro nº 570, 3º andar, conjunto 302 — prédio “IVO LEÃO”, Nesta Capital.

Mas, a cada uma das decepções a que fomos submetidos por imperativo das atribuições que nos foram outorgadas pelo Estado, como Presidente da Fundação “Casa do Trabalhador”, segundo acabamos de relatar, responderemos com as mesmas palavras gravadas na história da cultura e do civismo nacionais, pelo insigne e imortal Mestre Ruy Barbosa, quando assim se pronunciou:—

“De nada serviria ao povo, que suas instituições baixassem do Céu e fossem diretamente plantadas por mãos DIVISAS se a terra onde caem não fosse capaz de produzir a INTEIREZA DE ÂNIMO E A CORAGEM DO DEVER PARA AS EXECUTAR.

O espírito do Estadista constrói as garantias, mas se não houver “HOMENS no meneio da máquina para as executar, QUEM GARANTIRÁ AS GARANTIAS?” (Atos inconstitucionais do Congresso e do Executivo — página 249).

Como dissemos, a Casa do Trabalhador, foi colocada, com todos os seus pertences:— departamento médico-dentário, curso de corte e costura, bancos escolares para aulas preparatórias etc... no edifício Dr. Caetano Munhoz da Rocha, ali

se alojando em todo o seu 10º andar, por espontânea e expressa determinação do então Governador Dr. Bento Munhoz da Rocha Neto, o já consagrado paranaense como sendo o maior estadista e humanista, dotado de uma rara cultura por todos reconhecida.

Isto, nos idos de 1955, quando à frente da entidade, se encontrava o ilustre médico Dr. Lauro Wolff Valente, que prontamente atendido, conseguiu conduzi-la até a nossa investidura, já no ano de 1960, quando ao lado daquele ilustre médico, e mais os Drs. Amílcar Rocha Coutinho, Lúcio Pinto Ribeiro, dos Srs. José Dari e Milton Camargo Amorim, fomos nomeados pelo decreto governamental nº 30.203, de 20 de junho de 1.960, como os primeiros Diretores da Fundação "Casa do Trabalhador", legalmente investidos em seus cargos.

A Fundação ali permaneceu até 1970, quando por falta de pagamento dos aluguéis já vencidos, fora impiedosamente despejada pelo IPE, cumprindo vontade do então governante de Estado, ao qual, a bem pouco antes, testemunhamos nossa colaboração, até politicamente, como disputante nas eleições de 1966, como candidato da Arena, e deputado estadual.

Enquanto, por incrível que pareça, havíamos sido opositores à campanha, que elegeu o saudoso Bento Munhoz da Rocha Neto à governança do Estado do Paraná, tratando aos seus adversários partidários, da maneira como fomos tratados, como se de contas, nunca houvesse existido ou acontecido nada entre nós.

Diante do que acabamos de expor nesta oportunidade, temos que confessar a nossa maior desilusão sofrida, em consequência de tão estranho comportamento governamental, colocando a tranquilidade de nossa consciência, antes e acima de tudo, face o compromisso assumido para com terceiros, em função do mandado que nos foi dado posse, com a incumbência em dirigirmos a Fundação "Casa do Trabalhador", tendo para tanto, de mover ações e responder notificações judiciais, na salvaguarda de sua própria dignidade, deixando a pecha de mau pagador ou de irresponsabilidade ao critério do veredito da opinião pública.

Seja-nos, pois, permitido aqui esclarecer mais este outro doloroso fato ocorrido recentemente, com o prédio situado na Cidade de Ponta-Grossa, que já previsto na Lei nº 603, de 27 de janeiro de 1.951, que criou a entidade, o imóvel em questão, o que efetivamente foi cumprida sua doação pelo governo, encontrando-se no entanto agora, em ruínas por falta de meios disponíveis não liberados pelo Estado, vem este, através de sua Secretaria de Administração, opor dificuldades em promover as reparações que se fazem urgentes, alegando ser o referido imóvel de propriedade da Fundação.

Encontrando-se o prédio, em condições inabitáveis, encaminhamos desta tribuna, o mais veemente apelo a S. Exª e Sr. Jayme Canet Jr., digníssimo Governador do Estado, no sentido de que haja por bem ordenar aquela Secretaria ao pronto atendimento de tais providências, tratando-se de uma Fundação, a única na espécie, já calcada no teste da Constituição de 1.947, desde quando partimos para a grande luta, hoje coroada de êxito ante o nobre gesto desta augusta Casa de Leis.

O próprio Serviço Jurídico do Instituto de Assistência ao MENOR, onde se acha registrada a Fundação, ao prestar as devidas informações que lhe foram solicitadas pela Assessoria Jurídica da Secretaria de Saúde e do Bem-Estar Social, no parecer sob nº 29/76/AJ - de I.A.M., datado de 28 de junho de 1976, em seu item 3, assim se pronunciou:-

"Outrossim, entendemos que é oportuna a juntada do parecer nº 19/75/AJ, que serviu de base para inscrição da Fundação "Casa do Trabalhador" na DOR deste Instituto, inclusive porque julgamos oportuno o item 7 do dito parecer, eis que, se essa Fundação tivesse sido lembrada pelos membros da Lei nº 6636/74, seria agora o momento oportuno de prestigiar essa Fundação criada pela lei nº 603/51 e cujos Estatu-

tos foram aprovados pelo Decreto nº 14.128/51. Aliás, é conveniente salientar que por ocasião da criação intempestiva da FIDES, essa Fundação deveria ter sido lembrada".

Eis aí, prezados senhores, palavras insuspeitas preferidas pelos mais doutos juristas que integram o serviço público estadual, em repúdio às clamorosas injustiças praticadas contra aquela instituição por obra e graça de seu próprio instituidor, que a todo custo, vem de muitos anos, se emitindo, e tudo fazendo para que morra por inanição.

Os venerandos acórdãos firmados pelos eminentes Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de nosso Estado, como os pareceres da douta Procuradoria Geral da Justiça, são unânimes em reconhecer tão inexplicável emissão do governo, na liberação das verbas a que se obrigou por lei, em favor da Fundação, cujos fins, em tempo algum, se tornaram mais necessários que agora, quando mais carentes deles se encontram as classes trabalhadoras.

Enquanto por outro lado, apesar de tudo, sem pão e sem teto, ao saber tão somente da Previdência Divina, a Fundação jamais descurou de suas obrigações assistenciais, tendo inclusive, gestionado junto aos nobres representantes do povo com assento nesta Casa de Leis, quando nos idos de 06 de julho de 1961, pela Lei nº 4.376, em seu art. 2º, elevada a taxa de arrecadação da Caixa de Habitação Popular do Estado, de um, para dois por cento, dobrando assim, os seus recursos auferidos de todas as transações imobiliárias do Estado, inter-vivos e causa-mortis

A mencionada autarquia ou Caixa de Habitação, como é do conhecimento público principalmente por seus milhares de beneficiários, era uma entidade de caráter eminentemente assistencial aos trabalhadores públicos e particulares, no tocante à aquisição de sua casa própria, sem quaisquer objetivos de lucros, mediante financiamento a juros de 6 por cento ao ano, criada para tanto, pela própria Constituição Estadual de 12 de julho de 1947, quando em seu artigo 96, item I, estabeleceu:

"A lei promoverá as medidas de assistência social, tendo especialmente por fim: a construção de habitações higiênicas e cômodas assim na zona urbana como na rural"

Comprova tal evento, o ofício que nos foi dirigido pelo então Presidente da citada autarquia, datado de 29 de junho de 1961, sob nº OCHP/ 938, transmitido em seu nome e no do Conselho Administrativo, o reconhecimento por tão auspicioso benefício conquistado graças aos nossos ingentes esforços.

Pioneira na espécie que foi, a Caixa de Habitação Popular do Estado, em todo o território nacional, sem visar nenhum lucro, após os seus quinze longos e salutaros anos de atividade, sofreu o doloroso impacto que a transformou numa Companhia Mista, denominada COHAPAR, pela Lei nº 5113, de 14 de maio de 1965, já então visando lucros.

É o velho adágio de que alegria em casa de pobre, dura pouco.

Tal se verificou, tendo em vista a aprovação de uma emenda à Constituição Federal, que tomou o nº 5, de 21 de novembro de 1961, de autoria de algum falso profeta que no tempo integrava o Congresso Nacional, extinguindo o direito dos Estados cobrarem o imposto de transmissão de propriedade, transferindo-o para a área municipalista.

Desde então, a mencionada Caixa de Habitação, não mais poderia cobrar e usufruir a taxa que lhe cabia daquele tributo, que representava sua única fonte de arrecadação.

Muito embora, não mais estivesse tomando parte na administração daquela entidade, no momento de sua maior aflição, porém, como um pai, que vai em socorro de seu filho em tal situação, não titubiamos, eis que, há um ano apenas, nos encontrávamos à frente da Fundação "Casa do Trabalhador", em seu nome como Presidente, igualmente angustiado, face ao trágico desastre então acontecido, passamos a mover, perante o MM. Dr.



Juiz de Direito da então 1ª Vara dos Feitos da Fazenda, uma AÇÃO ORDINÁRIA DECLARATÓRIA, visando a definição conceitual entre TAXA E IMPOSTO.

A respeitável decisão no entanto, para tristeza nossa, foi a de que, realmente, a Caixa de Habitação Popular do Estado, não mais teria o direito em continuar percebendo o mencionado tributo, em prejuízo de multidões de trabalhadores, hoje à mercê da exploração habitacional.

### X CONGRESSO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Conforme ficou exposto linhas atrás, eis que, nem só de pão vive o homem, assim também, a Fundação "Casa do Trabalhador", abandonada e menosprezada por seu próprio pai, vem contribuindo decisivamente na defesa dos mais justos anseios dos trabalhadores públicos e particulares de nosso Estado, como na sequência de suas efetivas atividades, nos ufamamos em citar aqui, e que por último veio de concretizar-se em favor da nobre classe do funcionalismo público.

Ao aproximar-se a realização do DÉCIMO CONGRESSO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL, que teve lugar em nossa Capital, de 22 a 28 de outubro de 1976, esta Presidência fora consultada pelo dinâmico Presidente da Associação dos Servidores Públicos do Paraná (ASPP), Sr. Odir Gomes da Rocha, da possibilidade de encaminharmos alguma tese como colaboração àquele importante conclave.

Sensibilizado com o convite, concluímos não nos ser difícil a tarefa, porquanto, já em data de 21 de setembro de 1975, como homenagem ao Ano Internacional da Mulher, o jornal "Gazeta do Povo", já havia acolhido em suas simpáticas colunas, um artigo de nossa autoria, denominado "Aposentadoria da Mulher", cuja íntegra fora registrada nos anais da colenda Câmara Municipal de Curitiba, a requerimento de seu vulto e Emérito, Dr. Arlindo Ribas de Oliveira.

Não nos demoramos assim, em transformar aquele palpitante tema, numa tese com o mesmo título, a qual, submetida ao estudo das Comissões Técnicas do Congresso, recebera sua unânime aprovação, ratificada por aclamação de seu respeitável Plenário.

E, como a comemorar seu 2º aniversário, pela Providência Divina, era nesse mesmo dia 21 de setembro, porém já de 1977, acatada por S. Exª o Sr. Presidente da República, General Ernesto Geisel, determinando o seu imediato cumprimento na esfera federal, ensejando igualmente, fosse o benefício então já previsto pela Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, portanto, sem qualquer inovação, também extensivo às incansáveis servidoras do Estado do Paraná.

Nessas condições, houve por bem o nobre Deputado Ezequias Losso, formular o Projeto de Lei nº 135/77, junto a esta doughty Assembléia, conforme consta de seu Diário datado de 04 de outubro do ano passado, cumprindo, desse modo, o disposto na referida Lei (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado), a fim de que, não somente os homens, mas também as mulheres servidoras, percebam igual tratamento, ao completarem vinte e cinco anos de serviço, ao acréscimo em seus vencimentos, de mais cinco por cento por ano excedente, até os 30, quando de sua voluntária aposentadoria.

E, grande e agradável foi nossa surpresa, ao encaminharmos a mencionada matéria, também na esfera municipal de Curitiba, ao nos defrontarmos com a vigência da Lei nº 4789, de 15 de janeiro de 1974, que seu artigo 69, já lhes assegurava o justo prêmio, que mui lamentavelmente vinha sendo emitido até o momento de o denunciarmos publicamente, em detrimento de milhares de beneficiários de todo o País, federais, estaduais e municipais.

Porém, como ainda nos restassem mais alguns dias de prazo para apresentação de teses junto ao X Congresso Nacional dos Servidores de todo o Brasil, nos animamos em preparar mais

duas outras, assim denominadas:

1. Conceito sobre Gratificações;
2. Comissão Pró Cooperativas de Consumo ao Funcionalismo.

No devido tempo, com a permissão de Deus, pudemos prepará-las e encaminhá-las à apreciação das competentes comissões técnicas do Congresso, tendo sido ambas aprovadas e ratificadas pelo respectivo Plenário, face às razões, que como exposição de motivos, nos foi dado o ensejo em justificar suas validades, quer de ordem jurídica, quer econômica ou social.

Com relação à primeira tese, ou seja, Conceito Sobre Gratificações, do mesmo modo, buscamos os argumentos já expendidos através de vários artigos já publicados pela "Gazeta do Povo", quando da sanção da Lei nº 6569, de 25 de junho de 1974, instituidora daquele aumento de vencimentos em favor dos servidores de nível universitário.

Já para a segunda tese, Comissão Pró Cooperativa de Consumo, procuramos como capaz de justificá-la plenamente, as razões que motivaram a nossa luta acerca da Cooperativa Mista dos Servidores do Estado Ltda., fato este já igualmente por vezes noticiado pela imprensa.

Esta última, iniciada quando nos idos do ano de 1966, inclusive por vários Srs. Deputados desta doughty Assembléia daquele tempo, no desempenho do que nos fora atribuído em comissão, designado pela Associação dos Servidores Públicos do Paraná (ASPP), na qualidade de membro de seu Conselho Deliberativo e Fiscal, a fim de gestionar no sentido de propor soluções a vários problemas da classe, entre os quais, da possibilidade em se organizar uma Cooperativa de Consumo ou lutar pela sobrevivência daquela então já existente, não obstante estivesse dando seus últimos suspiros.

O histórico drama até hoje vivido pela Cooperativa Mista dos Servidores do Estado Ltda, como é de conhecimento público, se encontra amplamente descrito ainda há pouco tempo nesta augusta Casa do Povo, pelo nobre Deputado Nilso Romeu Squarezi, conforme consta do seu Diário datado de 30 de novembro de 1976, como homenagem prestada à entidade que então completava suas bodas de prata, desde quando foi considerada de Utilidade Pública, pela lei nº 827, concedendo-lhe outras regalias pelo saudoso Governador Bento Munhoz da Rocha Neto.

Enquanto que, para a segunda tese - Conceito Sobre Gratificações, a nossa argumentação foi, como continua sendo sempre a mesma, ter sido o referido benefício, fruto dos mais sadios propósitos em melhor aquinhoar a categoria das funções universitárias, perdendo, no entanto, seu mérito na forma como foi elaborada a mencionada lei nº 6569, numa clara, meridiana e incontestável maneira em distingui-la tão somente, em graves consequências de descontentamento às demais categorias de servidores, que embora mais humildes, segundo suas capacidades, enfrentando as mesmas necessidades domésticas ou familiares. Apesar de não sermos jurista, como admirador da consagrada ciência do direito, sempre nos valem dos mais célebres professores de normas constitucionais e administrativas, como do imortal sábio Ruy Barbosa, Pontes de Miranda, Carlos Maximiliano, Orozimbo Nonato, João Mangabeira, Pizarro Drummond, Carvalho Santos, Paulino Jacques e tantos outros.

Não poderíamos encerrar este capítulo, sem nos referir ao regozijo alcançado pela grande vitória em torno da tese Aposentadoria da Mulher, quando, como que a comemorar a grande efeméride de 28 de outubro, consagradas as mais legítimas aspirações do funcionalismo público, a iniciativa tomada pelo nobre Vereador Cleyton Caldeira, requerendo um voto de congratulações à colenda Câmara Municipal de Curitiba, gravando ao mesmo tempo, em seus anais, o respeitável ato presidencial acatando a nossa tese, do que houve por bem ser divulgado pela "Gazeta do Povo", em sua edição de 10 de novembro do ano passado, sob o título "Tese sobre Aposentadoria Destacada".

As três teses em referência, tendo em vista a sua unânime aprovação pelo Décimo Congresso, foram oficializadas e impressas pela própria Associação dos Servidores Públicos do Paraná, promotora do monumental acontecimento em nossa Capital, fazendo menção honrosa de nosso nome como Presidente da Fundação "Casa do Trabalhador", sendo distribuída aos seus dignos participantes, elevando ainda mais o nome respeitável do Paraná, por todos os recantos da Pátria.

### NOSSAS HOMENAGENS

Como Constituinte de 1947, se concluirmos o presente relato, é-nos grato deixar aqui consignadas nossas sinceras e caras homenagens aos Constituintes de nosso tempo, que aqui estiveram conosco, transportando para dentro dos Anais desta augusta Assembléia, tudo quanto de mais sublime, de cultura, de civismo e do mais puro idealismo, ao reabrirem as portas da verdadeira democracia social e cristã, dignificando-na ainda mais, para todos quantos os sucederam nesta brava tribuna do povo.

Eis os nomes dos mais respeitáveis Constituintes já lamentavelmente desaparecidos de nosso convívio, para os quais evocamos nossas preces a Deus, por suas boníssimas almas: Avelino A. Vieira; José Manoel Ribeiro dos Santos; Oscar Lopes Munhoz; Waldomiro Pedroso; Bronislau Ostojá Roguski; Laertes de Macedo Munhoz; Lineu Madureira de Novais; Ovan de Ferreira do Amaral; Rivadavia Barbosa Vargas; Aldo Silva; José Darú; Francisco Peixoto Lacerda Wernerck; Frederecindo Marés de Souza; João Batista Zagonel Passos; Atilio Barbosa e José Rodrigues Vieira Neto. Aos que, com a permissão de Deus, ainda nos alegrem e desfrutem da convivência entre seus amigos e caros familiares, com os nossos votos de saúde, paz e prosperidade, e que são os seguintes: Presidente João Chede; Alcides Pereira Jr.; Alfredo Pinheiro Jr.; Anísio Luz; Antônio Lustosa de Oliveira; Edgar Sponholz; Ernesto Benghi; Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho; Guataçara Borba Carneiro; Hélio Setti; Justimiano Climaco da Costa; Pedro Firman Netto; Alvir Rosenberg; José Alves Bacelar; Antônio dos Santos Filho; José Machuca; Júlio Rocha Xavier; Felizardo Gomes da Costa; Lauro Gentio Portugal Tavares; Benjamim de Andrade Mourão; Júlio Buskei.

Estas nossas manifestações, são por igual alusivas aos fiéis servidores da Casa, daquele tempo, alguns dos quais, ainda nos ouvem e nos brindam com suas proverbiais e costumeiras atenções, bem assim a todos os seus dignos colegas que integram o quadro do funcionalismo desta respeitável Casa de Leis.

Sejam estas nossas fervorosas súplicas ao Criador, extensivas ao eminente e já saudoso General Eurico Gaspar Dutra, então Presidente da República; Ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Moysés Lupion, ex-Governador do Paraná; aos Ex.<sup>mos</sup> Srs. Senadores e Suplentes, eleitos na época: Dr. Arthur Ferreira dos Santos; Dr. Flávio Carvalho Guimarães (já falecido), Dr. Roberto Glaser, Dr. Júlio Moreira, e Sr. Maximino Zanon (também já falecidos).

Finalmente, nosso preito de saudade e de gratidão, ao Dr. Rubens Amazonas Lima, então respeitável e digno Presidente da Associação Paranaense de Imprensa e Diretor Gerente, da tradicional "Gazeta do Povo", pelo brilho conquistado quando na liderança do Jornalismo em nosso Estado, a quem muito se deve a organização histórica daquele faustoso e imorredouro acontecimento.

### DEDICATÓRIA

Dedicamos a presente solenidade à nossa sempre querida terra natal – Ponta Grossa, e ao seu operoso e hospitaleiro povo, dentro da veneração e respeito, a quantos ali, desde os idos de 1930, sempre nos prestigiaram e muito nos auxiliaram, quer nas sociedades, quer nos pleitos eleitorais, nas recordações

de seus mais autênticos líderes. Ei-los: Veríssimo Ferreira de Melo; Joanino Sabatela; João Schmidt Filho; João Anas Sobrinho; Walfrido Ribeiro; Atilio Castilho de Almeida; João Perantues; Pascoalino Previsiero; João Varassim; Walfrido Castilho de Almeida; Dagoberto José Emilio; Gustavo Vosgrau; João Jacob Ditzel; Álvaro Holzmänn; Waldemar Wambier; Santo Cavalim; João Alves Pereira; Alfredo Jansen; Durval Del-Claro; Jacob Biscarra; Conrado de Oliveira Guimarães; Máximo Leopoldo Arruez; Avelino do Vale; João Valentim; Ângelo Stival Neto; Dinarte de Souza Dias; Campelim Rodrigues; Aristides Paiva Coutinho, e de tantos outros, cujos nomes não me ocorrem no momento.

### NOSSOS PROFUNDOS AGRADECIMENTOS

Por esta rara e grande alegria, que ora nos é proporcionada, ao lado de minha idolatrada família – esposa, filhas, genros, netos e demais parentes, e de bons amigos, numa manifestação de real felicidade, de civismo e de cordialidade fraterna, jamais vivida ou sentida ao longo de nossos setenta e três anos de idade, que com a graça de Deus, hoje, podemos completar; aos nossos progenitores, cujas almas hão de estar neste instante, sintonizadas conosco.

De modo todo especial, aos eminentes e nobres Deputados Igo Iwant Losso e Ezequias Losso, como promotores desta festa, mais de confraternização e de generosidade que de merecimento, fazendo gravar no fundo de nossos corações, para jamais deles desaparecer, a recordação de algo, que bem traduz a sinceridade e a honestidade de propósitos, legando às Sacrossantas Mãos de Deus, a recompensa a que tanto fazem jus.

Na verdade, nada de mais fizemos para tantos louvores, senão a boa vontade que tivemos em cumprir com as obrigações naturais de todo o ser humano, recordando a profunda filosofia de alguém, quando disse:

"Aquele que cumpre com o seu dever, ama a Deus mais que as criaturas e ama as criaturas mais que a si mesmo".

A todos vós, ilustres e nobres Deputados, que tanto dignificam e elevam este respeitável Poder Legislativo, em que vêm V. Ex.<sup>as</sup> militando com denodo e porque não, até com sacrifício, aqui sempre atentos aos reclamos do grande povo que vos escolheu, nas urnas livres de vossas comunas, o nosso maior agradecimento, quer opinando nas comissões, quer aprovando neste augusto Plenário, o projeto que vem testemunhar a nossa conduta nesta Casa e fora dela, até a presente data.

Aos egrégios Três Poderes, harmônicos e independentes do Paraná, o Legislativo, o Judiciário e o Executivo, que por seus Digníssimos e Excelentíssimos representantes ou chefes presentes neste seletor auditório, sancionando a concessão do honroso Título, cujo valor indestrutível e inigualável, transfiro aos meus queridos familiares, presentes e ausentes, atuais e futuros, como o maior patrimônio que o ladrão não rouba e a ferrugem não consome, a certeza inolvidável de nossa Eterna e Comovedora GRATIDÃO.

A imprensa, escrita, falada e televisionada de Curitiba e do Paraná, em particular ao nosso jornal amigo já de tantos anos, a "Gazeta do Povo", pelas expressões excessivamente bondosas, que por vezes, muito nos tem lisonjeado, transmitindo ao glorioso Povo Paranaense, com respeito de alguém, neste momento, com os olhos lacrimejantes e voltados para o Supremo Mestre Jesus Cristo, muito agradece mesmo, às penas brilhantes de seu digno Diretor Dr. Francisco da Cunha Pereira e dos seus ilustres colaboradores. Os jornalistas Srs. Luzimar Dionísio, Emir Sfair, Luiz Nunes Moreira, Antônio Nunes Nogueira, Dr. Divonsir Borba Côrtes, este, nosso velho e querido amigo, a todos enfim, o reconhecimento deste que tanto os admira e considera.

Ao distinto Chefe do Cerimonial desta Assembléia, o Dr. Hilton Ronald Alice, e aos seus dignos e competentes colaboradores: a Professora Laudicéa Riera Santos, Sr. Luiz Fernando

Gottardi, e ao extraordinário artista, pintor e calígrafo Jean Villenave, ante o cavalheirismo e impressionante acolhimento a nós dispensado, realçando o brilho desta sonelidade, o testemunho fiel de nosso respeito, de consideração e de reconhecimento.

Eu quero agradecer aqui, de coração, a este telegrama também de S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Governador, que vem de nos transmitir o grande Chefe de nosso Estado, Jayme Canet Júnior, com estas suas palavras que tanto nos emocionam.

Eu quero agradecer de coração, à Polícia Militar também, que veio aqui representada neste momento.

À nossa bela e hospitaleira Curitiba, cuja grata efeméride no dia de amanhã, nos deslumbrará a todos de festas e de alegrias, a Cidade Sorriso, sede de nossa cultura, com seu grande e generoso povo, o nosso segundo berço, que carinhosamente nos abrigou, às nobres e ilustres autoridades administrativas e representativas, que tanto a têm engrandecido ao mais alto progresso, os nossos mais sinceros parabéns.

Finalmente, às demais dignas e respeitáveis autoridades civis, militares e religiosas, que tanto abrilhantam e enaltecem este recinto com suas presenças, à nossa gloriosa Polícia Militar, ante o som maravilhoso de sua banda musical, nas composições e hinos harmoniosos, que em sua sinfônica orquestração, tanto nos deslumbraram, bem assim às Ex<sup>mas</sup> Famílias, a todos quantos, acolhendo benevolamente o nosso convite, aqui compareceram, o penhor de nossa mais profunda e imorredoura

GRATIDÃO

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE – (Ivo Thomazoni) Ao designar a data de hoje para a concessão da honraria que os representantes dos brasileiros que habitam o Estado do Paraná concederam ao ex-Deputado Estadual Constituinte, Aldo Laval, quiseram somar a alegria do momento à efeméride que assinala o septuagésimo terceiro ano de existência do ilustre e querido homenageado.

Quer significar a Presidência, que neste ato solene, é verdade, eis que demonstra a singeleza do paranaense em homenagear os seus vultos mais eminentes e representativos, dizer que Aldo Laval traduz, porque representa o lídimo, inconteste e legítimo homem-povo, que, nesta Casa, nos idos de 47 a 51, soube dar de si aquilo que nós, discípulos da redemocratização, encontramos e deixaram para que o Paraná sinta, em todos nós, o seu porta-voz nesta Casa, que é a ressonância da vontade, dos anseios da coletividade paranaense.

Antes de dar por finda a sessão, desejo expressar a gratidão da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pela honrosa presença das ilustres autoridades militares, civis, judiciárias, e demais pessoas gradas, Deputados Federais, Secretários de Estado, Senhoras e Senhores, cujo comparecimento tanto brilho conferiu a esta solenidade.

Dos mesmos Srs. Deputados integrantes da Comissão anteriormente designada, solicito que acompanhem o Sr. ALDO LAVAL ao Salão Nobre da Casa, onde o novo "Cidadão Benemérito do Paraná", receberá cumprimentos.

Convido os presentes a ouvirem o HINO DO PARANÁ, após o que estará encerrada a sessão.